

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.



Primeira fase de candidaturas ao PARES terminou

Sem-abrigo:

Um contributo para
um diagnóstico

Percursos de vida dos Jovens

após a saída de Lares
de Infância e Juventude

Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais



Protecção no Desemprego

Novo regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007

Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro

Mais apoio na procura de emprego
Mais rapidez e comodidade
Mais rigor e justiça

Trate do seu processo num só local, o Centro de Emprego da sua área de residência

Informe-se

Nos serviços de atendimento da Segurança Social,
nos Centros de Emprego ou
consulte os seguintes endereços da INTERNET:

www.seg-social.pt
www.iefp.pt



Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

2006 foi um ano de grandes desafios e conquistas para a Segurança Social. Ao chegarmos ao seu fim, importa reflectir e analisar o fruto de um trabalho sério, assente num planeamento estratégico rigoroso e em valores de solidariedade e modernidade.

A criação do Complemento Solidário para Idosos é disso um exemplo. Uma prestação de atribuição diferenciada para o reconhecimento das diferentes realidades, uma demonstração do respeito que devemos aos idosos que mais precisam. Ao Instituto da Segurança Social (ISS) cabe a responsabilidade e o privilégio da gestão desta medida. Para o efeito, promoveu acções de sensibilização direccionadas a todos os colaboradores, acções de formação aos que directamente trabalham nesta prestação, abrangendo cerca de 550 pessoas; criaram-se postos de atendimento móveis que percorreram todo o país para chegar junto dos idosos que vivem nas localidades mais isoladas. Em 2007, iremos continuar a trabalhar para que esta prestação chegue às pessoas com idade igual ou superior a 70 anos que reúnam condições para atribuição da prestação.

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES – veio contribuir para uma nova geração de políticas sociais. Uma aposta na ajuda à família e à criação de novos postos de trabalho. Constitui-se também como uma plataforma de parceria entre o Estado e o sector privado, permitindo o efectivo planeamento das necessidades ao nível territorial, nas áreas da infância, deficiência e idosos, através de

projectos inseridos em zonas geográficas com uma taxa de cobertura inferior à da média do país. A primeira fase de candidaturas ao PARES já terminou, tendo sido recepcionadas 1 251 candidaturas e cujos resultados nacionais e distritais foram divulgados através de sessões públicas.

O reforço da capacidade técnica das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), através da contratação de novos Técnicos e de acções de formação, veio melhorar o funcionamento das Comissões e aumentar competências, de forma a consolidar o sistema de protecção e a intervenção com crianças, jovens e respectivas famílias, na determinação e identificação de situações de perigo, assim como no planeamento da intervenção e na execução de medidas de promoção e protecção dos direitos das crianças.

Uma última nota para referir a publicação do novo Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, que regulamenta a Protecção Social no Desemprego. Esta medida vem incentivar a empregabilidade e a reinserção no mercado de trabalho. Medidas como esta permitem que se adoptem em Portugal políticas de mais apoio na procura de emprego, assentes em princípios de rigor e justiça, para melhorar a vida dos trabalhadores e tornar o país mais competitivo.

Em 2007, o ISS vai continuar a servir o país e a contribuir para a construção de uma Segurança Social com sustentabilidade. □

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Valleria, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

Colaboraram nesta edição

Alexandra Amorim, Alexandra César, Alda Teixeira Gonçalves, Ana Gil, Ana Paula Alves, Cecília Cavaleiro, Ester Martins, Filipa Alvarenga, Isabel Baptista, Isabel Jonet, Isabel Machado, Joana Matos, João Matoso, Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Teresa Rogado.

Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Dezembro 2006

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOCTIP.

Tiragem

20 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
Sessão Pública de Apresentação do PNAI 2006/2008	3
Sem-abrigo, um contributo para um diagnóstico	4
Primeira fase de candidaturas ao PARES terminou	10
Sessões Temáticas Inter-CLAS da Rede Social	12
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais	12
Movimento ao Serviço da Vida apoia População Sem-abrigo	15
Percurso de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude	17
Empresas Sociais ou de Inserção Traços comuns em alguns países europeus	19
Notícias	22
Ecos	28
Sites: Micro-crédito	30
Bibliografias Temáticas	31

Sessão Pública de Apresentação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006/2008

No passado dia 23 de Outubro, realizou-se a sessão pública de apresentação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2006/2008, no Hotel Altis, em Lisboa.

A Vice-Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Luísa Guimarães, teve a seu cargo a abertura da sessão, assim como a presidência da mesa da manhã. Esta mesa, foi subordinada ao tema "PNAI e Governação", e teve a especial participação do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, que falou sobre os Contratos de Desenvolvimento Social.

A Sessão de Encerramento foi da responsabilidade do Primeiro-Ministro, José Sócrates, e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, tendo sido delineados os contornos da Estratégia Nacional e do PNAI.

A Estratégia Nacional, assente no PNAI, tem como intuito a inclusão de todos os cidadãos e a igualdade de oportunidades para a participação, com vista a uma maior coesão social.

O PNAI é por sua vez um instrumento de planeamento, de coordenação e de operacionalização estratégica de políticas sociais que pretende erradicar a pobreza e a exclusão. Este, pretende constituir-se como o garante do acesso universal aos direitos, recursos e serviços necessários à participação, assim como de políticas de inclusão bem coordenadas, envolvendo todos os níveis do governo e todos os agentes, para a eficácia das políticas orçamentais, de educação e de aplicação dos fundos estruturais.

O Primeiro-Ministro salientou ainda, que o sucesso das políticas sociais só será alcançado quando o combate à pobreza das crianças e dos idosos assegurar os seus direitos básicos de cidadania, quando corrigir as desvantagens na educação, formação e qualificação, e quando desaparecerem as discriminações, e a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes, for uma realidade. □



Sem-abrigo

Um contributo para um diagnóstico

**Ana Gil
Filipa Alvarenga**

Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.p.gil@seg-social.pt
filipa.c.alvarenga@seg-social.pt

Isabel Baptista

CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social
isabel.baptista@cesis.org

Nota introdutória

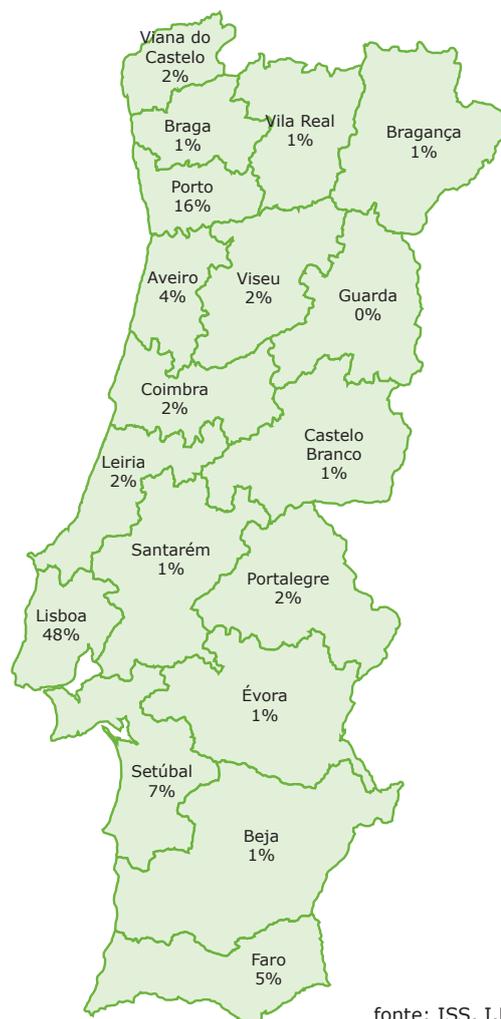
O artigo que aqui se apresenta resulta da elaboração de um estudo sobre os Sem-abrigo, promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS) e financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica – Eixo Fundo Social Europeu (medida 2.5).

O estudo decorreu em duas fases. A primeira (2004) correspondeu ao estudo da problemática dos sem-abrigo na Europa – *Tendências dos estudos a nível europeu e balanço da situação em Portugal*. Este estudo inclui um enquadramento teórico realizado a nível europeu sobre a problemática dos sem-abrigo, tendo-se procedido a um levantamento nacional com vista a estimar a extensão deste fenómeno, recolhendo o número de situações atendidas/acompanhadas pelos serviços locais.

O mapa nº 1 refere-se à distribuição dos casos de sem-abrigo identificados, na 1ª fase, pelos diferentes organismos envolvidos. Os dados evidenciam a maior percentagem de casos nos distritos de Lisboa (48%) e Porto (16%), seguidos dos distritos de Setúbal (7%), Faro (5%) e Aveiro (4%)¹.

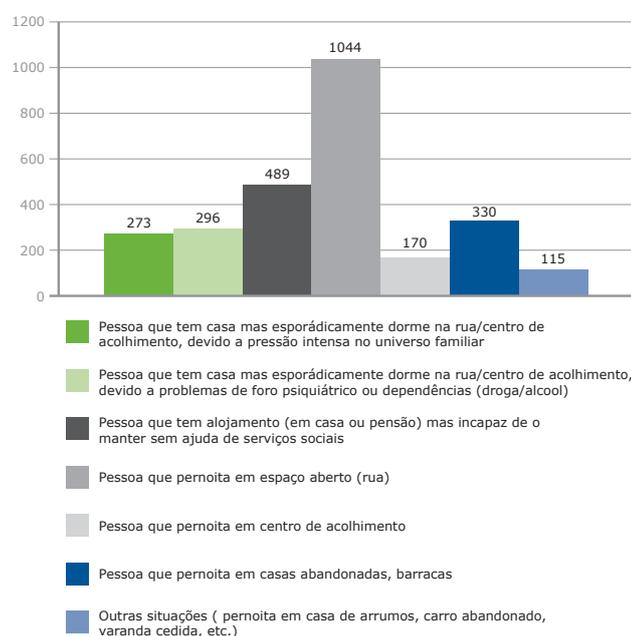
¹ A recolha de dados baseou-se na distinção de dois grandes grupos: 1. Pessoas com alojamento (pessoas que dormem esporadicamente na rua ou em centro de atendimento e pessoas que necessitam de apoio dos serviços sociais para se manterem em pensões, casa própria ou arrendada); 2. Pessoas sem domicílio convencional (pessoas a pernoitarem na rua, em centros de acolhimento, barracas e casas, e carros abandonados).

Mapa 1 – Distribuição dos casos de sem-abrigo identificados (%)



fonte: ISS, I.P., 2005.

Figura 1 – Número de situações identificadas pelos CDSS



fonte: ISS, I.P., 2005.

A 2ª fase (2005) envolveu a realização de três estudos exploratórios que abordaram diferentes perspectivas da mesma problemática, recorrendo a diferentes metodologias. Estes estudos não se constituem como representativos das realidades estudadas, tratando-se apenas de estudos exploratórios de uma realidade social mais ampla. Devem, assim, ser entendidos como um contributo para o diagnóstico da actual situação das pessoas que vivem na rua, dos contornos da intervenção social junto desta população, tendo em vista a definição de novas políticas sociais ².

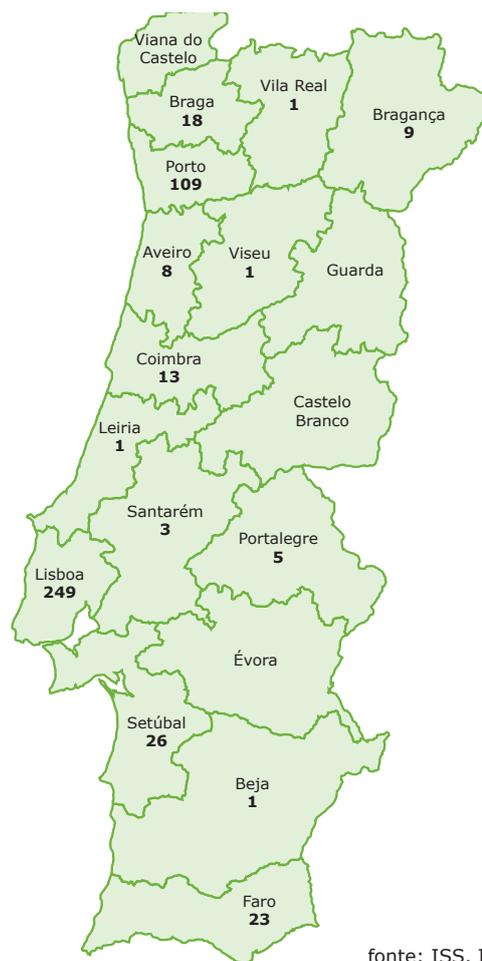
“Os Sem tecto: realidades (in) visíveis”

Este estudo foi elaborado com base no levantamento acima referenciado, tendo-se concluído que a pernoita em espaço aberto era a situação mais corrente, ao nível do território nacional, tendo sido estimadas 1.044 pessoas em situação de “sem-tecto” (ver figura nº 1). Embora estando cientes que o conceito de sem-abrigo abarca um conjunto de situações mais amplas (indivíduos que vivem em casas/armazéns abandonados, etc.), optou-se neste estudo por caracterizar apenas os sem-abrigo na condição de “sem-tecto”.

2 Estes estudos foram já editados, encontrando-se disponíveis também no site: www.seg-social.pt. Dado tratar-se de um artigo seleccionámos somente algumas das conclusões que nos pareceram mais relevantes.

A recolha de informação de suporte ao estudo baseou-se na aplicação de um inquérito presencial a 467 indivíduos, destacando-se com maior peso desta realidade os distritos de Lisboa e Porto, sucedidos pelos distritos de Setúbal, Faro e Braga, fazendo deste um fenómeno marcadamente urbano (mapa nº 2).

Mapa nº 2 – Numero de sem-abrigo inquiridos



fonte: ISS, I.P., 2005

O retrato social obtido dos “sem-tecto” caracteriza-se por serem sobretudo homens em idade activa (30 aos 49 anos), solteiros e divorciados, de nacionalidade portuguesa e com uma escolaridade básica.

Este estudo veio confirmar o perfil clássico de sem-abrigo, já identificado noutros estudos em Portugal³, tendo sido identificados como principais motivos para a situação

3 Costa, Bruto, A. (1998), “Exclusões Sociais”, Lisboa, Gradiva; Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2000), “Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa: a situação em 2000 – relatório final” Ministério do Equipamento Social; Barreto, Elias; António, Bento, (2002), “Sem – Amor, Sem-Abrigo”, Climpsi Editores.

de sem-abrigo os problemas familiares (conflitos, rupturas conjugais), de saúde (toxicod dependência, alcoolismo, doença física e mental), os problemas de desemprego e de alojamento, entre outros.

O desemprego, a perda de alojamento e a impossibilidade de obter um alojamento, por falta de rendimentos, adiam progressivamente a procura de um novo trabalho. Os inquiridos parecem, na globalidade, unidos por uma trajectória profissional de grande instabilidade e precariedade de vínculos e da sua condição perante o trabalho. Contudo, é de salientar o subgrupo de indivíduos que revela um nível importante de qualificação (12% ensino secundário e 4% curso médio/superior), mas que por motivos de rupturas profissionais se inserem no que se designa por “novos sem-abrigo”, situação recente mas em franca expansão pelas alterações sociais e económicas que têm ocorrido na sociedade portuguesa.

Somente um terço destes indivíduos tiveram uma situação mais favorável dado possuírem um vínculo laboral, mas devido fundamentalmente a dependências (droga e álcool), situação de doença ou a rupturas familiares, a manutenção de um emprego tornou-se insustentável, razão principal para o despedimento e pela qual os indivíduos não procuram novamente emprego. Grande parte destes indivíduos não procura trabalho por não possuir condições nem físicas, nem mentais para a obtenção e manutenção de um emprego. Também os problemas de saúde, a falta de apoio institucional, a inacessibilidade aos centros de emprego, a ausência de motivação (resignação, a perda de hábitos de trabalho) e a não satisfação das necessidades mais básicas (alojamento, alimentação e higiene) constituem um entrave à sua inserção profissional.

O não ter direito a um subsídio de desemprego, resultante da inserção precária no mercado de trabalho, ou o direito a uma pensão social porque a idade da reforma está longe agudizam a precariedade económica e o recurso à mendicidade ou a situações ilícitas, mais comuns entre a população mais jovem.

Como é que os sem-tecto percebem os apoios institucionais?

As IPSS/ONG e a Segurança Social são as entidades que prestam maiores apoios. A chegada a estas instituições faz-se

por intermédio de outros sem-abrigo, das equipas de rua ou, até mesmo, de profissionais.

Embora possa existir um passado institucional comum, existe ainda uma percentagem importante de pessoas a viverem na rua que não usufruem de nenhuma espécie de apoio, correspondendo estes, a mais de metade da população inquirida.

Entre os que usufruem de apoio, a satisfação das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário e a higiene constituem os apoios prevaletentes, prestados pelas IPSS/ONG. As entidades públicas (Segurança Social, Autarquias, Serviços de Saúde) têm, sobretudo, uma intervenção pontual, onde predomina o apoio financeiro, no caso da Segurança Social. A autarquia desempenha um papel mais relevante ao nível da higiene, através do acesso aos balneários públicos ou no alojamento, enquanto que o apoio médico prestado é feito sobretudo nos serviços públicos. Na globalidade dos dados, podemos concluir que o apoio aos sem-tecto, é providenciado fundamentalmente por IPSS/ONG que intervêm junto desta população.

A fragilidade dos apoios institucionais traduz-se nas percepções que os indivíduos possuem sob a eficácia da intervenção, denotando-se uma perspectiva bastante negativa face à mesma. Se comparamos o tipo de apoios e as medidas necessárias para a resolução dos problemas destes indivíduos, as diferenças são marcantes. Enquanto que o apoio institucional actual surge essencialmente para colmatar necessidades básicas (alimentação, higiene, vestuário, apoio financeiro pontual, assistência médica ou alojamento temporário), as medidas a promover, segundo a população inquirida, traduzem-se em medidas de carácter estrutural (o acesso a uma habitação, ao emprego, à resolução de problemas de saúde, a programas de desintoxicação, droga e álcool).

Caracterização das respostas sociais e serviços dirigidos aos sem-abrigo

Este estudo teve como objectivo caracterizar o funcionamento das respostas sociais e serviços que no terreno trabalham com a população sem-abrigo.

Foi aplicado um inquérito *on-line* postal, diferenciando as respostas sociais especificamente dirigidas à população sem-abrigo e as respostas sociais e serviços que, no âmbito da sua actuação comunitária, apoiam pontualmente este grupo-alvo (mapa nº 3).

Mapa nº 3 – Distribuição por distrito do número de respostas sociais dirigidos aos sem-abrigo que responderam ao inquérito



fonte: ISS, I.P., 2005

Do total de 205 entidades foram recepcionados 70 questionários (correspondendo a 34,1%).

Que apoios institucionais existem?

O tipo de intervenção desenvolvida junto desta população parece traduzir uma abordagem marcadamente assistencialista, em torno das necessidades de subsistência, incidindo na distribuição de géneros alimentares/refeições e vestuário, acesso a serviços de lavandaria e cuidados de higiene (ex. banhos).

O *alojamento temporário* e a *prestação de informações* destacam-se sobretudo ao nível das respostas sociais e serviços que se dirigem especificamente a esta população. O crescente alargamento do acesso a *alojamento nocturno* que tem vindo a ocorrer nos últimos anos se, por um lado, permite satisfazer uma necessidade que é comum aos sem-abrigo, por outro pode levantar algumas questões sobre a homogeneização de um tipo de resposta social que não tem em conta a diversidade de perfis e problemáticas que traduzem as situações de sem-abrigo e cuja transitoriedade não permite levar a cabo processos de inserção social.

Se é possível enumerar outro tipo de apoios mais especializados que têm vindo a diversificar-se, em consequência da estruturação de novas intervenções por parte da sociedade civil, tais como, a formação e a inserção profissional, programas ocupacionais, apoio médico, programas de metadona e habitação assistida, é bastante menor o número e abrangência de respostas sociais/serviços que prestam este tipo de intervenção. Atendendo a que os apoios existentes se desenvolvem, essencialmente, numa linha de acção social com vista à satisfação de necessidades básicas, há que fazer face à lógica clientelar que tantas vezes sobressai na relação com esta população e que restringe o papel do sem-abrigo ao de mero utente, em lugar de participante activo em todo o processo.

Que reflexão as respostas sociais fazem sobre a sua própria intervenção?

Globalmente os inquiridos consideram que a sua actividade tem permitido contribuir para minorar os problemas dos sem-abrigo, avançando ser possível obter uma maior eficácia de resultados. Dos *principais problemas* dos sem-abrigo para os quais existem menos respostas disponíveis ressaltam as áreas da doença mental, desemprego, toxicod dependência, alcoolismo, doenças infecciosas, debilidade física, situações de contumácia e falta de habitação. Em complemento, as necessidades *prioritárias de intervenção* centram-se na formação e inserção profissional (ex. UNIVAS), saúde mental, doenças infecciosas e aditivas (alcoolismo/toxicod dependência), habitação assistida/apartamentos de reinserção, centros de alojamento temporário e espaços ocupacionais. Os *recursos* a mobilizar para a concretização destas prioridades, centram-se no estabelecimento de parcerias com instituições, projectos

e empresas privadas e no reforço e qualificação dos recursos humanos, nomeadamente para constituição de equipas multidisciplinares especializadas.

Quartos, pensões e hospedarias: a realidade do alojamento apoiado em Lisboa e Porto

Este estudo teve como objectivo caracterizar a situação social das pessoas que vivem em situação de alojamento apoiado (pensões, quartos particulares ou hospedarias) pagos pelos serviços sociais nas cidades de Lisboa e Porto, apoio sem o qual esta população se encontraria numa situação de “sem-tecto”.

Este estudo teve por base 30 entrevistas semi-directivas com aplicação de *life lines* (15 entrevistas na cidade do Porto e 15 entrevistas na cidade de Lisboa). Territorialmente destacam-se as seguintes características:

- Lisboa – População mais envelhecida, mais isolada, com percursos mais longos de precariedade vários níveis (habitacional, profissional e relacional) e com uma menor presença de percursos ligados ao consumo de drogas;
- Porto – População mais jovem, maior presença de percursos ligados à toxicodependência, integrados em projectos de recuperação.

É de realçar o elevado número de pessoas (21 num total de 30) que referiram ter, em algum momento das suas vidas, sido obrigadas a viver na rua durante períodos mais ou menos longos. Foram identificados dois tipos de alojamento apoiado:

- Quartos particulares – trata-se de uma casa particular onde um dos quartos é alugado a um terceiro, encontrando-se o respectivo proprietário (a) e respectiva família a residir na mesma habitação;
- Pensões, residenciais ou hospedarias - unidades de

alojamento turístico que não sendo especializadas em receber pessoas neste tipo de situações, arrendam, nalguns casos através de protocolos com as instituições de apoio social, quartos a pessoas que se encontram sem alojamento, mediante o respectivo pagamento. Em algumas destas unidades todas as pessoas residentes encontravam-se em situação de alojamento apoiado, havendo uma “especialização” de algumas destas unidades neste “nichos de mercado”.

Em ambas as situações o espaço privado disponível confinava-se quase sempre ao espaço do quarto, sendo que as casas de banho e as cozinhas (quando o acesso era possibilitado) eram invariavelmente espaços de utilização comum. Nos alojamentos visitados não existe qualquer relação directa entre as condições habitacionais e o custo do alojamento, custo que pode variar entre 140 e os 350 euros, mês.

Do ponto de vista das condições de alojamento não é possível estabelecer nenhuma relação entre os níveis de qualidade do alojamento e a tipologia encontrada, havendo exemplos de extrema insalubridade e sem quaisquer condições de habitabilidade em ambas as tipologias.

Comparando a situação nas duas cidades, o custo dos alojamentos apresenta valores superiores no Porto relativamente a Lisboa. No universo das situações o pagamento através de protocolos ou de requisições entre as pensões/hospedarias e as instituições que providenciam o alojamento é o procedimento mais frequente.

A situação habitacional actual representa, na maior parte dos casos, uma importante etapa de progressão e de estabilidade habitacionais, constituindo mesmo uma melhoria substancial face a outras possibilidades de alojamento temporário. Apesar das pessoas envolvidas nos estudos apresentarem perfis e percursos muito distintos, o impacto decorrente da possibilidade de disporem de um alojamento revelou-se de extrema importância, seja no que se refere às pessoas idosas que apenas desta forma conseguem aceder e permanecer alojados, seja à população mais jovem, com percursos ligados à toxicodependência, que, estando em recuperação,

podem assim participar em programas de recuperação de forma mais protegida e digna.

A análise das trajetórias profissionais revelou um padrão de instabilidade profissional na generalidade dos percursos, marcado por factores como:

- Início precoce da actividade laboral (aliado a abandono escolar precoce);
- Predominância de actividades socialmente desqualificadas e desqualificantes;
- Percursos profissionais de curta duração;
- Elevada precariedade laboral (ausência de contrato e de protecção social);
- Situações de desemprego frequentes;
- Grande rotatividade profissional.

A presença de baixas qualificações escolares, aliada a trajetórias residenciais e familiares instáveis e a incidência de problemas de saúde graves constituem alguns dos factores que explicam em grande medida este padrão dominante de inserção profissional.

Importa pois perceber que a inserção profissional não é necessariamente solução que se possa (ou deva) aplicar a todas as pessoas que se encontram neste tipo de situação e, quando possível, a mesma deverá obedecer a preocupações não padronizadas, nomeadamente no que se refere a uma inserção profissional/ocupacional faseada e apoiada em esquemas flexíveis de trabalho/ocupação.

Todavia, as condições habitacionais da maioria dos locais visitados e, sobretudo, a aparente ausência de um apoio integrado que permitisse completar esta temporária e precária estabilidade residencial constitui uma dimensão a desenvolver sob pena de poder comprometer o trabalho de reinserção social. □

Seminário

“Sem-abrigo: uma reflexão partilhada sobre o tema”

Filipa Alvarenga
Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
filipa.c.alvarenga@seg-social.pt

Teve lugar em Lisboa, no dia 17 de Novembro, o seminário “Sem-Abrigo: uma reflexão partilhada sobre o tema”, promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS) com o apoio do Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu, que contou com a presença de 136 participantes. Teve como objectivo a divulgação de quatro estudos realizados pelo ISS, em torno da problemática das pessoas sem-abrigo (cf. artigo neste número da Pretextos), bem como a partilha de experiências em rede dirigidas a esta população que estão a ser desenvolvidas nos concelhos de Braga e Coimbra. A consultora dos estudos, Isabel Batista, encerrou este encontro com uma perspectiva comparada desta realidade em Portugal e na Europa. □





1ª fase de candidaturas ao PARES terminou

Mariana Pereira
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

No passado dia 9 de Dezembro, decorreu no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Leiria, a cerimónia de apresentação dos resultados da 1ª fase de candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, abriu a sessão reforçando as características do programa.

Salientou ainda que, com o PARES, será possível dinamizar o emprego no sector social, através da criação de 15 000 novos postos de trabalho. Mas, nesta fase, a grande opção tem a ver com as novas políticas de apoio à família e consiste em dar mais apoio à primeira infância.

A primeira fase de candidaturas ao PARES foi muito participada, tendo sido apresentadas propostas no valor total de cerca de 900 milhões de euros.

Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), apresentou os resultados nacionais da 1ª fase do PARES, em que haverá uma comparticipação pública de 92 milhões de euros, num investimento total de 185 milhões de euros, levando à criação de 4 500 postos de trabalho. Desta forma, estamos a aproximar-nos de níveis adequados de cobertura (271 equipamentos, 436 respostas, 15 589 lugares, a nível nacional).

No decorrer da cerimónia foi assinado, entre o ISS e a Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Travasso e Circunvizinhos, um contrato na valência de creche. O mesmo foi homologado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates.

O Presidente do Conselho Directivo do ISS reiterou ainda a disponibilidade e compromisso para fazer cada vez mais e melhor com estas instituições.

José Sócrates, frisou no seu discurso que seremos uma sociedade melhor quando atingirmos os objectivos deste Programa que, para além de honrar o Estado, é inovador e



concretiza uma nova política social para os idosos, para os deficientes e para a infância.

O PARES aposta na ajuda à família, aposta na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, nesta fase, a prioridade é a construção das creches, ou seja, o apoio à infância.

Para José Sócrates, este é o aspecto mais moderno deste programa que inaugura uma nova geração de políticas sociais em que a infância tem um papel dominante.

O PARES é um projecto ambicioso e exigente em que é preciso fazer mais e depressa, pois há muita gente à espera que se construam os equipamentos sociais e à espera de um posto de trabalho. Assim será possível servir melhor Portugal e os Portugueses.





Sessões Temáticas Inter-CLAS da Rede Social

No âmbito do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, decorreram durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro, sessões formativas com todos os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) que se encontram em fase de implementação ou consolidação da Rede Social.

Esta 2ª série de sessões temáticas Inter-CLAS teve como objectivos:

1. Informar e esclarecer os dinamizadores da Rede Social dos 276 concelhos do território continental que já aderiram ao Programa Rede Social, sobre as aplicações do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, que regulamenta as redes sociais locais, nos processos de implementação em curso e de consolidação do trabalho dos CLAS.
2. Divulgar as novas potencialidades do Sistema de Informação da Rede Social a nível nacional (www.seg-social.pt/redesocial) e dos vários Sistemas de Informação Locais criados no âmbito dos CLAS e que operam nos concelhos.
3. Actualizar o nível de execução da implementação da Rede Social em concelhos que haviam concluído as candidaturas ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social – PAIRS, e que decorreu desde 2002.

O Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, veio consagrar os princípios, finalidades e objectivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos. Considera no planeamento social local, outros instrumentos de planeamento nacionais como: o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD), de entre outros.

O referido diploma elege a Rede Social como o instrumento por excelência de suporte e operacionalização do PNAI. O desenvolvimento do Sistema de Informação, que compreende uma dimensão nacional e outra local, trará mais-valias significativas ao nível do intercâmbio de informação e da divulgação da Rede Social, bem como permitirá um conhecimento mais aprofundado das realidades concelhias e das situações de pobreza e exclusão social.

A consolidação da Rede Social, quer a nível local, quer a nível supra-concelhio, permitirá a Portugal atingir melhores resultados em matérias de organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais. □



Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais

O Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES) visa apoiar, em Portugal Continental, o desenvolvimento da rede de equipamentos sociais através da concessão de incentivos ao investimento.

À semelhança do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), este programa apresenta, como grande finalidade, contribuir para o alargamento da rede de equipamentos sociais, cujo âmbito de intervenção se estende às entidades que operam na denominada rede privada, que se pretende que constitua um complemento à Rede Solidária.

O PAIES afigura-se, assim, como um programa de apoio ao desenvolvimento da rede de equipamentos sociais, constituindo-se, igualmente, como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento das políticas sociais de Portugal, que se pretende determinante para a melhoria de vida das comunidades em geral, e das famílias em particular.

O Objectivo prioritário do PAIES, assenta no estímulo ao investimento em equipamentos sociais. Apoiando a iniciativa privada, designadamente a iniciativa privada lucrativa, contribuí-se para o aumento da capacidade instalada em respostas sociais nas áreas sociais de infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa.

Neste contexto, com a implementação do PAIES, pretende-se contribuir de forma inequívoca para o alargamento e consolidação de equipamentos sociais de iniciativa privada.

Alcança-se o aumento significativo da capacidade instalada nas áreas sociais identificadas como prioritárias e potencia-se a criação de novos postos de trabalho.

Com um forte impacto na economia social, o investimento privado, associado ao financiamento público, o PAIES integra a ambição de apoiar o desenvolvimento de projectos e acções que visem a promoção do apoio a crianças e jovens, a elevação do nível de vida das pessoas idosas, sem esquecer a melhoria das condições de vida e, sobretudo, o acompanhamento das pessoas com deficiência.

O alargamento da Rede Privada é hoje reconhecido como decisivo para a implementação de uma nova geração de políticas sociais, sendo estas, determinantes para a elevação e melhoria das condições de vida dos cidadãos e respectivas famílias. O PAIES incide, por isso, na criação efectiva de novos lugares em respostas sociais destinadas às crianças, às pessoas idosas e às pessoas com deficiência.

Os objectivos e metas a alcançar com o PAIES são ambiciosos, perspectivando-se que venham a ser criados cerca de 5.750 novos lugares na área da Infância e Juventude e aproximadamente 450 novos lugares na área das Pessoas Idosas e da Deficiência, sem esquecer a vertente da criação de novos postos de trabalho, contribuindo de uma forma decisiva para a melhoria das qualificações profissionais e do próprio mercado de emprego deste sector.

Neste contexto, foi criado o PAIES (Portaria n.º 869/2006, de 29 de Agosto), o qual se destina a apoiar as entidades

privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos, desde que não sejam IPSS's ou equiparadas, sendo que estes apoios apenas se destinam a fazer face aos juros decorrentes de empréstimos bancários com obras de construção de raiz, ampliação ou remodelação de espaços; bem como juros decorrentes da aquisição de imóvel ou fracção onde irá funcionar a resposta social elegível a implementar.

Com a publicação do convite público à apresentação de pedidos de apoio ao investimento, em 20 de Setembro de 2006, encontra-se aberto um período de candidaturas ao PAIES, que decorre pelo prazo de 12 meses, até ao limite da dotação orçamental fixada. Para efeitos de candidatura, foram definidas respostas sociais elegíveis em três áreas. Na área da Infância e Juventude – a Creche; na área das Pessoas com Deficiência – o Lar Residencial; e, na área das Pessoas Idosas – o Lar de Idosos.

Esta fase de candidaturas ao PAIES apresenta uma dotação orçamental global de 13 140 000 euros, desagregada pelas três respostas sociais elegíveis, nomeadamente Creche (10 180 000 euros), Lar Residencial (360 000 euros) e Lar de Idosos (2 600 000 euros).

No âmbito do PAIES são elegíveis todos os projectos que, através do recurso ao crédito, criem efectivamente novos lugares nas respostas sociais tipificadas como elegíveis, correspondendo, exclusivamente, ao apoio na componente de juros a suportar pela entidade candidata, nos termos e pressupostos definidos para o efeito no regulamento de acesso ao programa.

Os projectos que vierem a ser candidatos ao PAIES, desde que prevejam a criação e instalação de respostas sociais que se enquadrem nas tipologias elegíveis, serão analisados tendo por base as normas contidas nos Despachos Normativos que regulamentam as condições de organização, instalação e funcionamento, quer em termos de objectivos, destinatários, quer de capacidades estabelecidas para o efeito, entre outros critérios.

No entanto, os pedidos de apoio ao investimento serão indeferidos, sempre que a taxa de cobertura do concelho, no caso das Creches, seja superior a duas vezes a média no continente e, no caso do Lar de Idosos, seja superior a 3 vezes a média no continente. Esta informação encontra-se disponível no site da Segurança Social.

Considerando que se encontra a decorrer uma fase de apresentação de candidaturas, mais informações sobre o PAIES, bem como toda a legislação aplicável, formulário de candidatura e outra documentação técnica, podem ser obtidas no site da Segurança Social, em www.seg-social.pt, e/ou junto dos serviços do Instituto da Segurança Social, I.P., cujos contactos se encontram disponíveis no aviso de abertura de candidaturas. □

Peer Review Exchanges Workshop A integração dos Imigrantes

Nos dias 16 e 17 de Novembro, decorreu, no Hotel Altis, em Lisboa, a 3ª Peer Review sob o tema A Integração dos Imigrantes, no âmbito do projecto transnacional designado Developing a Methodological Framework for Developing Local and Regional Plans for Social Inclusion | LAP's & RAP's, presidida pelo Coordenador do projecto, Haroon Saad, (Quartiers en Crise – European Regeneration Areas Network, Bélgica).

A finalidade deste projecto passa, sobretudo, por desenvolver uma estrutura e uma metodologia para a elaboração de Planos Locais/Regionais de Acção para a Inclusão, com ligação aos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão, e aos seis temas prioritários definidos pela Comissão Europeia.

O Objectivo do grupo de Desenvolvimento Local em Portugal é criar um Plano Regional do Algarve de Acção para a Inclusão, tendo como prioridade ultrapassar as discriminações e desigualdades, reforçando a integração dos imigrantes.

No encontro participaram cerca de 65 parceiros europeus, representantes de um vasto conjunto de Entidades¹ de nível nacional, regional e local, e contou ainda com a presença do Presidente do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, do Director do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, Jorge Botelho, e da Coordenadora Nacional do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, Fernanda Rodrigues.

Além das apresentações e do debate, em torno da finalidade do projecto, foram ainda expostas outras perspectivas, entre as quais, salientamos: a perspectiva Italiana e Portuguesa quanto às tendências, enfoques e medidas-chave para a integração dos imigrantes; os resultados de projectos de intervenção nas cidades no âmbito deste tema; a abordagem inglesa ao nível dos indicadores para medir as desigualdades de integração deste grupo e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Português 2006-2008.

Sob a coordenação do ACIME realizaram-se, duas visitas de estudo. A primeira decorreu ao Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, e a segunda, denominada, Do Bairro à Escola: desafios de integração no contexto das Olaias, a uma escola no bairro das Olaias. □

1 Fondazione G. Brodolini e Municípios de Veneza, Cartone e Roma (Itália); Município de Thessaloniki e Association for the Development of West Athens (Grécia); Javni Zavod Sócio, Chamber for Social Affairs, Município de Celje (Eslovénia); Ministry of Labour and Social Affairs, MOLSA, Civic Advice Centre For Family Of The Region Olomouc, Silesian Diacony (Republica Checa); Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha – Consejería de Trabajo y Empleo – Dirección General de Trabajo e Inmigración, FECMES (Espanha); Instituto da Segurança Social, I.P., ACIME, Centro Regional de Educação do Algarve, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Centro Distrital de Segurança Social, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Administração Regional de Saúde do Algarve (Portugal).



Movimento ao Serviço da Vida apoia População Sem-Abrigo

Mariana Pereira
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Não se sabe ao certo quantos são. Em Lisboa, pensa-se que sejam mais de 900 pessoas sem-abrigo. Há anos que o único conforto é o trabalho dos voluntários e de profissionais, que lhes tratam das feridas do corpo e da alma.

Em Portugal a maioria dos sem-abrigo e pedintes são: Portugueses, do sexo masculino, com idades compreendidas entre 40 e 60 anos e desempregados.

Para fazer face à problemática dos sem-abrigo na cidade de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa, em Outubro de 2003, dirigiu-se ao Movimento ao Serviço da Vida, no sentido de fazerem uma intervenção de rua.

Surgiu assim, o Projecto Sentidos.

O que é o Movimento ao Serviço da Vida (MSV)?

Pedro SottoMayor, Presidente do Movimento ao Serviço da Vida (MSV) disse-nos que o MSV é uma organização

portuguesa fundada em 1991, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), por desenvolver trabalho no nordeste do Brasil.

Desde que nasceu, o MSV, tem-se dedicado ao serviço das populações mais carenciadas em Portugal, nomeadamente na Baixa de Lisboa, na Área Metropolitana de Lisboa, na Serra Algarvia (Distrito de Faro) e no Brasil, nomeadamente em Barreiras (Estado da Bahia) e em Montes Claros (Estado de Minas Gerais), desenvolvendo um conjunto de trabalhos cujos objectivos gerais passam por promover a dignidade, direitos e integridade do ser humano.

Actualmente, o MSV conta com o trabalho de 50 voluntários, entre os 18 e os 40 anos, a maioria oriundos do meio universitário e residentes na área metropolitana de Lisboa.

Em 2006, os projectos do MSV em Portugal foram ao encontro das crianças em risco, dos jovens em ambientes de delinquência, dos idosos abandonados, das pessoas infectadas com sida, das pessoas sem-abrigo e pedintes.

Já no Brasil o trabalho vai continuar a desenvolver-se nas favelas do nordeste brasileiro quer com crianças (os "meninos de rua"), quer com a população desfavorecida.

O MSV pertence à Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) e à Federação Europeia das Associações Nacionais de Trabalho com os Sem-Abrigo (FEANTSA).

Quais as linhas de actuação do MSV?

Em todas as suas actividades o MSV privilegia em primeiro lugar as relações interpessoais num espírito de igualdade e verdadeira fraternidade. Entender cada pessoa, respeitar a sua diferença e acompanhá-la no seu problema são a prioridade de todo e qualquer projecto.

O que é o Projecto Sentidos?

Segundo Mafalda Brandão, Coordenadora do Projecto Sentidos, os projectos do MSV vão surgindo a pedido de outras instituições ou quando há uma necessidade sentida. No que respeita a este projecto, surgiu em 2003, da necessidade de apoiar a população sem-abrigo e pedintes que frequentam habitualmente, ou permanecem na zona da baixa de Lisboa, tanto no período diurno como nocturno.

A finalidade do projecto é de promover o exercício da cidadania à população que pretende beneficiar, através de uma intervenção personalizada e da criação de uma relação de confiança. Para isso, os técnicos não andam identificados, para não inibir a pessoa.

"O nosso trabalho é de médio prazo e passa, sobretudo, pela reabilitação da pessoa sem-abrigo e pedintes e só tem resultados visíveis passados cerca de 3 anos. Depois reencaminhamos as pessoas para instituições com quem estabelecemos relações/parcerias, como por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia, para darem apoio no que respeita à reinserção."

Segundo Miguel Coelho, técnico de intervenção de rua, *"conseguir levar uma destas pessoas a aderir ao projecto é muito gratificante, pois é o mesmo que ela dizer, eu confio em vocês."*

Para este técnico é fundamental considerar a dimensão humana, *"nós não prometemos, fazemos, motivamos e criamos confiança. Consideramos as pessoas, enquanto pessoas, que têm o exercício da cidadania."*

O Projecto Sentidos tem outras vertentes, quais?

Tem a vertente de sensibilização escolar e a criação de um grupo de reflexão inter-institucional, para pensar questões como a exclusão social, pobreza e muitas outras.

Relativamente ao primeiro, Helga Correia, técnica de intervenção de rua disse-nos que se trata de ir às escolas

públicas e privadas para alertar e despertar a consciência dos mais novos para problemas como toxicod dependência, alcoolismo, desemprego e mostrar-lhes como esses problemas podem levar as pessoas para a rua. Com as crianças mais novas a sensibilização é feita através de jogos de simulação. Com os mais velhos através da organização de debates.

Em relação ao grupo de reflexão, Mafalda Brandão disse à Pretextos que foi estabelecido um protocolo com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), para darem apoio a um nível mais teórico, nomeadamente, na criação de pensamento, preparação de profissionais, criação de estudos e instrumentos de trabalho nestas áreas.

Que outros projectos tem o MSV para o futuro próximo?

Mafalda Brandão disse-nos que têm várias ideias que gostariam de concretizar num futuro próximo, mas a mais urgente é a construção de um Centro de Reabilitação, pois só assim conseguirão dar continuidade a todo o trabalho de rua. Aí poderão desenvolver actividades como: treino de competências, cuidados de higiene, adaptação social, entre outras.

O que fazem para angariar fundos?

Segundo Pedro SottoMayor criaram uma marca de t-shirt, a "MOV" que brevemente será lançada no mercado. Também fazem cartões de Natal que vendem na época natalícia, organizam jantares para angariação de fundos, entre outras iniciativas.

Para além disso, "correm" atrás de empresas e instituições para que financiem este tipo de projectos.

Neste momento, estabeleceram uma parceria com uma empresa de marketing Social, a Call to Action, para fazer o trabalho de angariação de fundos, pois este acaba por tomar grande parte do tempo dos Técnicos do MSV, tempo esse que deve ser empregue no terreno. □

Onde pode encontrar o MSV?

Contactos

Movimento ao Serviço da Vida - MSV

Rua de S. Julião, n.º 140, R/C

1100-527 Lisboa

Tel.: +351 21 322 34 30

Fax: +351 21 322 34 39

E-mail: mvida@msv.pt

www.msv.pt

Percurso de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude

Filipa Alvarenga

Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
filipa.c.alvarenga@seg-social.pt

O estudo exploratório *Percurso de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude* (2005) foi financiado pelo Programa Operacional Assistência Técnica ao Quadro Comunitário de Apoio III - Eixo Fundo Social Europeu com adjudicação, após concurso externo, ao Centro de Estudos Territoriais (CET) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). A abordagem desta temática surgiu da necessidade de caracterizar a passagem do contexto de institucionalização à integração pessoal, social, profissional e familiar, aferindo as principais dificuldades e potencialidades, sentidas pelos jovens, na preparação e vivência do processo de autonomização. O contexto nacional caracteriza-se, ainda, por um elevado número de adolescentes que se mantêm em acolhimento institucional, factor que indicia as dificuldades do sistema de protecção no seu adequado e atempado encaminhamento, bem como da intervenção continuada (preventiva e reactiva) junto dos agregados familiares de origem.

A metodologia privilegiou as entrevistas não directivas realizadas a um total de 25 jovens, distribuídos pelos distritos de Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Évora e Santarém. Não se trata, portanto, de um estudo representativo, mas antes de uma abordagem exploratória a uma realidade social que supomos mais vasta.

Integração institucional

Em linhas gerais, no que respeita à caracterização do processo de integração e manutenção na instituição de acolhimento, o testemunho dos entrevistados aponta para carências ao

nível da capacidade de resposta do sistema de protecção já anteriormente diagnosticadas ¹, nomeadamente:

- a colocação em acolhimento institucional sem o recurso a outro tipo de intervenção junto do agregado familiar;
- a falta de contactos ou a manutenção de contactos irregulares com os agregados familiares de origem, sem definição de planos de intervenção junto dos mesmos, no sentido da promoção do regresso das crianças/jovens ao seu meio natural de vida sempre que possível;
- a indefinição de modelos educativos por parte das instituições de acolhimento;
- a existência de sistemas de regras rígidos que não têm em atenção a participação das crianças/jovens em acolhimento;
- a fraca qualificação do quadro de pessoal afecto às instituições;
- o longo tempo de permanência em acolhimento institucional sem definição de projectos individuais ² e sem preparação para a transição para a vida autónoma.

¹ Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento e Crianças, MTS/IDS, 2000; Jovens que vivem em Lar – Caracterização sociográfica e percursos de vida, MTS/IDS, 2000; e, recentemente, Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização da Situação das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2004, AIC/DPSC Versão de trabalho 5, 7 de Março de 2004.

² Ou de Projecto de Promoção e Protecção (PPP), cf. Lei nº 147/99, de 1 de Setembro - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Da longa permanência em acolhimento (oscilando entre os 6 a 10 anos e 11 a 15 anos) os entrevistados tendem sobretudo a tecer uma apreciação negativa a diferentes níveis: desenvolvimento psicossocial, capacidade inter-relacional, relação com a família, relação com os adultos da instituição e processo de preparação para a autonomia. Contudo, não consideram a permanência na família de origem, sem a implementação de um plano de intervenção, como uma melhor alternativa. São contraditórios os sentimentos em relação às figuras de referência: culpabilização *versus* desresponsabilização. Do período de vida institucional sobressaem sensações de revolta, abandono, desprotecção, carência afectiva/solidão, vontade de fugir, alternadas, de forma pontual, por sensações de compreensão e protecção/segurança.

Percurso de vida após a saída do acolhimento institucional

A maior parte dos entrevistados retomou contactos mais ou menos regulares com familiares (irmãos, avós, tios/sobrinhos, mãe/pai/padrasto, padrinhos). Os percursos não foram lineares, alguns voltaram a coabitar com elementos da família nuclear ou alargada, outros optaram por viver sozinhos ou em união de facto/casamento. Actualmente, mais de metade vive em situação de matrimónio ou sozinho(a). Os entrevistados que estiveram em acolhimento em instituições de menor dimensão referem o recurso a um suporte pontual por parte das mesmas. Tal não se verifica em relação aos equipamentos de grande dimensão, sendo referido pelos entrevistados uma total ruptura com o espaço físico, com os técnicos e colegas.

A maioria está empregada, embora desempenhando profissões pouco qualificadas, contratualmente instáveis e pouco satisfatórias. Note-se que os níveis de escolaridade dos entrevistados são médios (oscilando entre o 8º e 12º anos), representando casos de "sucesso" por comparação com os seus pares. Após a saída institucional, apesar de ser um sonho para quase metade dos entrevistados, nenhum conseguiu retomar o percurso escolar (quer ao nível médio, quer superior), devido sobretudo a questões económicas ou familiares. Para além dos desejos de progressão escolar e mudança profissional, as perspectivas futuras dos entrevistados assentam na "vivência do dia-a-dia o melhor possível" com segurança e estabilidade.

Em síntese, o processo de autonomização reflecte as dificuldades de inserção dos entrevistados que saem das instituições em situações de instabilidade habitacional, profissional, escolar, afectiva e familiar. □





Empresas Sociais ou de Inserção

Traços comuns em alguns países europeus

Alda Teixeira Gonçalves

Área de Investigação e Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alda.m.goncalves@seg-social.pt

Introdução

O presente artigo resulta de uma pequena pesquisa realizada com o objectivo genérico de sistematização de informação pertinente sobre empresas de inserção ou empresas sociais existentes em alguns países da Europa ¹, através de uma leitura compreensiva e comparada, com base numa análise exclusivamente documental.

Não se tratou de uma sistematização exaustiva, na medida em que, por um lado, um tema tão complexo exigiria uma maior temporalidade para o abordar e, por outro lado, se verifica uma produção de informação de carácter fragmentado (não apenas por Países, como no seio dos mesmos) e de características desiguais dificultando, por vezes, as comparações e a percepção de quais os principais traços comuns ou distintivos.

Um enquadramento breve contextualiza um pouco melhor a problemática, na qual se inserem as empresas designadas de economia social ou solidária, ou ainda do terceiro sector, chamando à atenção algumas diferenças de perspectiva consoante os conceitos que forem adoptados.

¹ Procedeu-se à análise de documentação relativa aos seguintes Países Europeus: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, Irlanda do Norte e Suécia.

Após a análise efectuada, através de uma matriz de leitura comparativa, dando conta da diversidade de realidades existentes em alguns dos Países europeus, foi possível chegar a algumas notas breves sobre as principais potencialidades e fragilidades reveladas.

Empresas Sociais ou de Inserção – contextualização genérica

A problemática da economia social ou solidária, também denominada como terceiro sector ou ainda terceiro sistema, que enquadra as empresas de inserção ou empresas sociais, vem ganhando importância crescente nas sociedades ocidentais, constituindo-se como alternativa ao normal funcionamento do mercado e do Estado. É considerado como um sector híbrido (entre o público e o privado), capaz de responder e/ou de atenuar os efeitos sociais das vertentes economicistas das sociedades actuais.

Contudo, embora utilizados frequentemente como sinónimos, cada um dos termos acentua uma determinada característica do sector. Ao fazer referência aos termos economia social ou solidária, sublinha-se a dimensão sócio-económica e quando a referência é o terceiro sector ou terceiro sistema, acentua-se o

seu posicionamento entre o Estado e o mercado, sempre tido como um sector sem fins lucrativos.

Um estudo da OCDE² (2003) permite observar que este sector se vem desenvolvendo à bastante tempo e a sua evolução deve ser contextualizada no âmbito da evolução das próprias políticas públicas. Assim, as estimativas apontavam para a existência de cerca de 9 milhões de pessoas a trabalharem neste sector na UE15, que representavam cerca de 7,9% dos empregos assalariados.

O tipo de actividades é, em geral, diversificado abrangendo áreas como: serviços de saúde, serviços culturais, serviços ligados ao ambiente, serviços sociais, educação e promoção do emprego.

O estatuto jurídico, destas organizações é variável consoante o contexto cultural e jurídico do País, aparecendo sob a forma de associações, cooperativas tradicionais, cooperativas sociais, associações caritativas, fundações ou outro tipo.

A missão global das organizações e empresas deste sector, é a de colocar os valores humanos e sociais no centro da sua intervenção, promovendo o crescimento sustentável, uma prosperidade equitativa partilhada e a justiça económica e social (OCDE, 2003).

Uma das suas especificidades e vantagens é trabalharem ao nível local, pois são empresas enraizadas nos seus territórios e apoiam-se em redes oficiais ou informais de pessoas, conhecimentos e recursos.

Em síntese, pode dizer-se que as empresas do terceiro sector, contribuem para reduzir as disparidades locais no que respeita ao acesso aos bens, serviços, equipamentos e ao emprego, favorecendo uma maior coesão social quer nas cidades, quer nas regiões onde se verificam mais acentuadas desigualdades e assimetrias geográficas.

A European Research Network – EMES, Projecto ELEXIS³,

² OCDE (2003), Le Sector à But Non Lucratif dans une Économie en Mutation.

³ Este projecto designado "L'Entreprise sociale: lutte contre l'exclusion par l'insertion économique et sociale", foi realizado com o suporte dos Ministros da Economia Social da Bélgica, França e Suécia e da Comissão Europeia (DG Emploi et Affaires Sociales). Éric BIDEET e Roger SPEAR (2004) Le role des entreprises sociales dans les marches europeens de l'emploi, ELEXIES, EMES, pp. 7 e 8.



estabilizou uma definição operativa de Empresa Social, através de critérios económicos e indicadores sociais.

Critérios para aferir a natureza económica e empreendedora das empresas sociais:

- Ter uma actividade contínua de produção e/ ou comercialização de serviços.
- Um elevado grau de autonomia.
- Assumir um significativo risco económico.
- Um mínimo de trabalhadores assalariados.

Quanto à dimensão social destas iniciativas, os indicadores considerados são:

- Iniciativa implementada por um grupo de cidadãos.
- Processo de decisão que não depende do capital detido.
- Dimensão participativa implicando as pessoas afectadas pela actividade.
- Distribuição limitada dos benefícios.
- Um objectivo explícito de interesse colectivo.

Alguns traços comuns positivos

Este tipo de empresas, cuja característica principal é a de não possuir fins lucrativos, privilegia a integração de pessoas e grupos desfavorecidos, nomeadamente desempregados com baixas habilitações e pessoas com deficiência, em actividades de emprego, quer em emprego protegido, quer na integração em mercado regular.

Alguns traços comuns positivos das empresas dos diferentes Países europeus:

- Estreita ligação aos territórios nos quais se localizam, promovendo o desenvolvimento local e a responsabilidade social;
- Trabalham com públicos desfavorecidos (entre os quais predominam os desempregados, desempregados de longa duração e pessoas com deficiência), promovendo o combate à pobreza e à exclusão social;
- São entidades que resultam em grande medida da iniciativa da sociedade civil e possuem autonomia administrativa embora dependam bastante de financiamentos públicos, quer por via directa das Administrações Centrais, quer por via dos próprios municípios;
- Predominam as que promovem a formação profissional e a integração ou inserção laboral dos seus públicos combinada, em grande medida, com a vertente de prestação de serviços

de proximidade e também a produção de bens.

- Assentam, muitas vezes, na criação de novos serviços que não são fornecidos por outras entidades, e na adopção de métodos inovadores para melhor responderem às necessidades sociais.

Alguns traços comuns de vulnerabilidade

Alguns dos problemas mais evidentes que se colocam quer ao sector da economia social, quer às empresas sociais ou de inserção/ integração são os seguintes:

- Necessidade de suporte e aconselhamento ou consultoria, face às iniciativas implementadas, para que as intervenções sejam mais eficientes e eficazes.
- Financiamentos insuficientes para as organizações e actividades do terceiro sector, ainda muito dependentes de financiamentos estatais.
- A especialização e experiência pessoal predominam sem ter em conta formação específica, nomeadamente, para gerir e orientar com maior eficácia as empresas do sector.
- Necessidade, na maioria dos Países europeus, de leis e/ou regulamentações promovendo a integração de pessoas no trabalho e em actividades de economia social, uma vez que é quase generalizada a ausência de legislação específica para regular as empresas de inserção ou do terceiro sector.

Como última nota, pode dizer-se que são inegáveis as vantagens das intervenções que, aos diversos níveis locais, nomeadamente nos Países em que o terceiro sector se encontra mais consolidado, sendo que é perceptível que permite o desenvolvimento de uma cultura mais empreendedora, contribui para os fundos públicos e adopta métodos mais inovadores em termos de captação de financiamentos. Pode ainda contribuir para a concepção de novos utensílios de avaliação, possibilitando a medição dos seus resultados imediatos, e dos de longo prazo, nomeadamente no que respeita ao acréscimo de capital social, ao desenvolvimento do espírito de cidadania, quer individual, quer colectivo, na facilitação do acesso ao emprego para os grupos e pessoas mais desfavorecidas, contribuindo para a revitalização das economias locais e para a modernização dos modelos de gestão. Estes contributos atestam, de facto, o valor social acrescentado das organizações e/ou empresas sociais que constituem o sector e procuram obter maior visibilidade e um maior impulso na actualidade. □

Segurança Social presente

no 5º Salão Bebés & Mamãs

no Salão Internacional das
Tecnologias de Informação e
Comunicação

Mariana Pereira

Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Joana Matos

Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
joana.r.matos@seg-social.pt



A 5ª edição do Salão Bebés & Mamãs realizou-se na Feira Internacional de Lisboa (FIL), nos dias 23 e 24 de Setembro e contou com a presença de vários expositores, onde os visitantes puderam encontrar as últimas novidades em produtos de puericultura, mobiliário, alimentos infantis, moda e muitos outros temas de interesse.

Como já é habitual, os visitantes tiveram a oportunidade de participar em inúmeras actividades e de colocar as suas dúvidas e consultas a pessoal especializado. Para isso, foi organizado um programa completo de conferências.

O Instituto da Segurança Social (ISS), também esteve presente, colocando à disposição dos visitantes um conjunto de informações úteis sobre a temática da feira, nomeadamente Abono de Família para Crianças e Jovens, Maternidade e Paternidade, Pagamento de Prestações Sociais por Transferência Bancária, Segurança Social Directa e muitos outros.

O stand do ISS teve uma forte afluência por parte das futuras e já mães, que colocaram uma série de questões relativamente aos subsídios e respostas sociais na área da infância e juventude. □

Decorreu entre 2 e 5 de Novembro, o Salão Internacional das Tecnologias da Informação e da Comunicação – SITIC – na FIL, onde foram apresentados os projectos emblemáticos para a Modernização Administrativa e para a Sociedade da Informação.

A Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa (UCMA) patrocinou um espaço para apresentação de projectos de *e-gov* e modernização administrativa em fase de implementação avançada ou já completamente operacionais, espaço esse que se encontrava dividido em três sectores: Cidadãos, Empresas, *Governance*.

O Instituto da Segurança Social, e o Instituto de Informática, participaram nesta iniciativa, com o intuito de divulgar o serviço Segurança Social Directa, efectuando a adesão ao serviço dos visitantes do certame e esclarecendo todas as dúvidas colocadas.

Entre os sectores em exposição, destacaram-se diversas iniciativas na área de administração pública central e local, nomeadamente o Passaporte Electrónico Português (PEP), o Cartão do Cidadão, as Declarações Electrónicas, o Diário da República Electrónico (DRE), os Jardins Digitais, a Esquadra do Século XXI, o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), o Portal da Empresa, e as Cidades e Regiões Digitais, entre outros.

O SITIC reuniu cerca de 25 mil visitantes, num certame que contou com mais de 220 expositores. □



Ester Martins e Isabel Machado
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
isabelmachado.dias@scml.pt

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social na 11ª Conferência Internacional Metropolis¹ (I)

Workshop “Práticas de Integração/ Inclusão nos Estabelecimentos de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”

É prática comum nos Estabelecimentos de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa o natural envolvimento das famílias no processo educativo dos seus filhos. Perante a nova realidade socio-cultural, com a admissão de um número considerável de crianças oriundas de várias nacionalidades, foi imprescindível desenvolver projectos/actividades numa perspectiva multicultural, polarizada em diferentes interesses, percepções, e matrizes sociais das crianças e suas famílias.

Deste modo, os projectos apresentados no *Workshop* realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), subordinado ao tema “Práticas de Integração/Inclusão nos Estabelecimentos de Infância da SCML”, centraram-se em torno de uma perspectiva de educação intercultural com uma forte participação das famílias. Foram apresentados projectos

educativos² designados por “Aldeia Global”, “Um Abraço entre Culturas”, “Uma viagem... às nossas Raízes”, “Respeitar e Acolher as Diferenças Culturais”, “A Comunicação”, “Educação para os Valores”, “Envolvimento e Interação com as Famílias” e “As Origens das Nossas Famílias”, os quais tiveram como principal objectivo promover a coesão de todos os intervenientes, enquanto meio para desenvolver a igualdade de oportunidades, valorizando a cultura, as competências e saberes das famílias, fazendo da diferença um acréscimo.

O *Workshop* abriu com uma actividade que poderia ser designada por Almoço Intercultural, onde cada família participante se

¹ Tal como noticiámos no nº anterior da Revista Pretexos, realizou-se em Lisboa, entre 2 a 6 de Outubro, a 11ª Conferência da Metropolis subordinada ao tema “Paths and cross roads: moving people, changing places”, que teve como um dos patrocinadores oficiais o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Neste nº da Pretexos queremos dar a conhecer aos nossos leitores as conclusões de um dos workshops dinamizados pelo MTSS através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, deixando para o próximo nº da Pretexos as conclusões do workshop dinamizado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

² O Workshop centrou-se na apresentação de 7 projectos pedagógicos dos Estabelecimentos de Infância da SCML nomeadamente: Centro Social e Polivalente de Bairro das Furnas, Centro Social e Comunitário do Bairro da Flamengo, Centro de Acolhimento Infantil Dr. José Domingos Barreiro, Centro de Acolhimento Infantil do Vale Fundão I, Jardim de Infância Quinta do Ourives, Centro de Acolhimento Infantil do Bairro Padre Cruz e Fundação Júlia Moreira.



disponibilizou para confeccionar e apresentar, aos outros participantes, as receitas típicas que elegeram do seu país de origem, seguida por uma apresentação de danças tradicionais realizadas por um grupo de crianças do estabelecimento que acolheu os participantes.

As práticas educativas apresentadas estão sustentadas na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar que estabelece como princípio geral que "a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo livre e solidário".

Deste princípio decorrem objectivos gerais pedagógicos dos quais se salientam alguns que deverão fundamentar as práticas de inclusão:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem.

Para atingir estes objectivos gerais desenvolve-se um trabalho com as famílias a partir dos estabelecimentos de infância, procurando:

- Conhecer, partilhar e vivenciar valores, identidades e

experiências com e entre as famílias;

- Fomentar o intercâmbio entre as famílias e equipa, e respectivas culturas;
- Promover a colaboração das famílias no desenvolvimento do projecto curricular da sala, assim como na exploração e vivência dos temas;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico nas crianças e famílias através da reflexão e da análise da informação e das práticas vividas;
- Valorizar as competências familiares, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e social;
- Acompanhar e apoiar as famílias na resolução das suas dificuldades e no desenvolvimento das suas competências parentais.

Dos trabalhos apresentados identificou-se como denominador comum, ou prática comum, a estratégia de adaptar a cultura de escola à diversidade cultural de toda a comunidade educativa, dado que, de uma breve caracterização da população dos estabelecimentos destes projectos educativos, verificou-se que cerca de 20% das crianças têm pelo menos um dos pais com nacionalidade estrangeira e que 21% das crianças tem naturalidade estrangeira.

Na componente do *Workshop* de reflexão e debate, a Professora Teresa Vasconcelos apresentou uma comunicação referente ao estudo "*Educação de Infância em Portugal: Situação e contextos numa perspectiva de promoção de equidade e combate à exclusão*", onde foi apresentado um estudo de caso sobre a promoção da equidade em quatro instituições de infância na área da Grande Lisboa, tendo-se destacado o trabalho num estabelecimento da SCML que demonstrou promover políticas e práticas de equidade. A partir da apresentação de exemplos que traduzem práticas de inclusão desadequadas em escolas do 1º ciclo, o Professor João Sebastião, salientou a importância da reflexão e consciencialização do papel de cada actor educativo, num processo que deverá ser de co-responsabilização na promoção de direitos democráticos e da igualdade de oportunidades.

A conclusão principal deste *workshop* pode traduzir-se no testemunho dos pais que participaram activamente neste evento, traduzindo, assim, um sentimento colectivo:

"O Futuro constrói-se no presente. Com Diversidade, Solidariedade e Amor! Neste encontro, das experiências vividas na SCML, pela área da infância, há a garantia dos pilares da construção de Cidadãos de pleno Direito e da Intervenção na vivência da Interculturalidade". □

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens com mais técnicos



Fortalecer o Presente, Preparar o Futuro foi o tema do Seminário das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), que se realizou na Casa do Artista, em Lisboa, e que acolheu cerca de 120 novos técnicos.

A sessão de abertura esteve a cargo do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, e contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Armando Leandro, e do Procurador-Geral Adjunto, Maia Neto.



No decorrer da sessão foram abordados temas como a “Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens: os Actores, o Sistema, as Políticas Sociais” e “O Papel das CPCJ no Sistema de Protecção de Crianças e Jovens”, entre outros.

Neste Seminário, pretendeu-se, acima de tudo, dar as boas vindas aos novos Técnicos das CPCJ, pelo que, Edmundo Martinho, dirigiu-lhes algumas palavras, nomeadamente: “Esta medida é um reforço da capacidade técnica, com técnicos muito motivados que dão tudo o que têm em favor das crianças e para que as Comissões funcionem bem. Mas, vão encontrar também, um ambiente cada vez mais exigente, um trabalho difícil, mas que seguramente será muito recompensador, pois as actividades que se desenvolvem repercutem-se na vida das crianças, tornando-as melhores crianças e melhores cidadãos”.



Já Armando Leandro e Maia Neto reforçaram a ideia de que: “O trabalho das Comissões é exigente e que implica um investimento em políticas integradas a nível central, local e da sociedade civil”.

O Seminário foi encerrado por Idália Moniz que salientou o facto de aquele dia “ser mais um degrau que se conseguiu subir e que, degrau a degrau, é necessário consolidar este sistema de protecção das crianças, pelo que a vontade dos parceiros face a esta realidade é fundamental”. □

ENTRAJUDA

Apoio a Instituições de Solidariedade Social

Isabel Jonet
ENTRAJUDA
geral@entrajuda.pt

Muitas instituições de solidariedade social lutam com grandes dificuldades no cumprimento da sua missão e precisam ser ajudadas no terreno de forma a melhorarem a qualidade da prestação dos seus serviços junto dos beneficiários finais.

Muitas pessoas e empresas, com espírito de cidadania empresarial e responsabilidade social, preocupadas com o bem-estar dos mais carenciados, sentem-se interpeladas a colaborar, muitas vezes não sabendo como.

A ENTRAJUDA é um projecto totalmente inovador na área da solidariedade social, que visa:

1. Por um lado, permitir às instituições de solidariedade social melhorarem os serviços prestados aos beneficiários, dotando-as de um conjunto de instrumentos e recursos de gestão e de organização susceptíveis de aumentar a eficiência dos seus meios e a eficácia dos seus resultados,
2. Por outro lado, mobilizar e facilitar o envolvimento de pessoas e empresas que pretendem associar-se com a sua boa vontade, colocando à disposição das instituições de solidariedade social o seu trabalho, o seu conhecimento, a sua experiência, os produtos e serviços que produzem ou fornecem.

Inspirada na actuação do Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa, o qual está, aliás, na génese da sua constituição, a ENTRAJUDA vai, assim, estabelecer uma ponte entre “quem quer dar e quem precisa de receber”, permitindo a criação de uma verdadeira cadeia de solidariedade em que benfeitores, voluntários, parceiros e instituições unem esforços para melhorarem, de forma estruturante e sustentável, o funcionamento das instituições de solidariedade social.

A Estratégia ENTRAJUDA

Uma escada de Solidariedade em 6 passos.



Os Serviços ENTRAJUDA

- Organização e Planeamento
- Relações Institucionais
- Sistemas e Tecnologias de Informação
- Área Financeira
- Recursos Humanos Profissionais e Voluntários
- Área Jurídica
- Controlo de Gestão

A actividade da ENTRAJUDA desenvolve-se essencialmente em quatro pilares:

- 1º **Processo de Apoio** – intervenção “personalizada”, que atenta às necessidades e circunstâncias da actividade de cada instituição apoiada;
- 2º **Serviços e Produtos formatados/estandardizados** – intervenção global, que atenta a um denominador comum de necessidades identificadas no sector, com aplicação abrangente (por exemplo, Guião Jurídico, Higiene e Segurança Alimentar, Fundos Estruturais);
- 3º **Formação** – intervenção complementar ao primeiro e segundo pilares em domínios de grande utilidade para as instituições;
- 4º **Projectos Especiais** – intervenção de âmbito nacional que visa desenvolver e disponibilizar instrumentos

facilitadores da actividade das instituições em diversos domínios, independentemente das suas valências, nível de "capacitação" e localização geográfica (por exemplo, Portal Social, Bolsa do Voluntariado).



Como é que uma instituição se pode candidatar ao apoio da ENTRAJUDA?

Para uma instituição se candidatar a apoio basta preencher o Formulário de Candidatura disponível em www.entrajuda.pt e enviá-lo para a ENTRAJUDA (Av. de Ceuta, Estação CP de Alcântara Terra – Armazém 1 - 1350-353 Lisboa - Telefone: 21 3620417, Fax: 21 3622360, e-mail: geral@entrajuda.pt)

Destaques

A ENTRAJUDA está a desenvolver duas novas ferramentas de elevado valor social:

A **Bolsa do Voluntariado** (www.bolsadovoluntariado.pt): um projecto totalmente inovador, de âmbito nacional e transversal a toda a sociedade, que pretende ser um ponto de encontro entre quem deseja oferecer gratuitamente trabalho voluntário, através da doação do seu tempo e das suas competências, e as instituições de solidariedade social que procuram quem as possa ajudar nas suas diversas tarefas.

O protocolo entre a ENTRAJUDA e a Caixa Geral de Depósitos, empresa que apoia este projecto, foi assinado dia 10 de Outubro de 2006, no âmbito do "Roteiro pela Inclusão", dedicado ao tema "Voluntariado e Exclusão Urbana", e contou com a presença do Senhor Presidente da República que fez questão de ser o primeiro voluntário a inscrever-se.

O Portal Social ENTRAJUDA (em concepção)

Este Portal visa reunir informação útil de interesse para essas instituições de uma maneira facilmente acessível e sempre disponível. Trata-se de conteúdos relacionados com informação legal, organizacional, assessoria específica, ferramentas de produtividade, formação, etc. □

Assinatura da Revista Pretextos

Caro Leitor,

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos
Rua Castilho nº 5- R/C
1250-066 Lisboa
Fax: 21 318 49 55
E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt,

e passará a recebê-la gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt

ECOS

15ª Conferência Europeia de Voluntariado

Decorreu, de 5 a 8 de Outubro em Estrasburgo, a 15ª Conferência Europeia de Voluntariado subordinada ao tema Voluntariado e Cidadania Activa. Esta foi uma iniciativa da Volonteurope, Rede Europeia de organizações de voluntariado sediada na cidade de Londres, no Reino Unido. Esta Rede tem como objectivos promover, difundir e fortalecer o Voluntariado na Europa e conta actualmente com cerca de 2.000 organizações e agências, que trabalham no campo da acção social.

O Secretariado da Volonteurope é assegurado pelo Community Service Volunteers (CSV), que organiza todos os anos, desde 1998, uma conferência anual em diferentes cidades da Europa.

Esta Rede faz parte da European Council for Voluntary Organisations (CEDAG) e da Association for Voluntary Service Organisations (AVSO), além de possuir o estatuto de consultor no Conselho da Europa.

Esta Conferência teve como objectivos:

- O encontro das organizações envolvidas nesta temática para troca de informações sobre as políticas desenvolvidas nos diferentes países;
- A promoção e intensificação do Voluntariado;
- A implementação de novos projectos;
- A oportunidade de constituição de redes e parcerias de forma a dar visibilidade e reconhecimento ao Voluntariado, a nível europeu e internacional.

Do programa da Conferência deste ano, que contou com a presença de representantes de 14 nacionalidades, fizeram parte sessões plenárias, grupos de discussão e visitas a projectos locais, assim como, diversos *workshops* sobre cidadania activa, inclusão social, emprego e voluntariado, defesa dos direitos humanos, voluntariado no sector público, entre outros.

Núcleo de Apoio Técnico
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNVP@seg-social.pt

Reforço das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens Formação inicial dos técnicos

O Instituto de Segurança Social, I.P., promoveu, entre 29 de Setembro e 31 de Outubro, p.p., o curso de formação dos 128 técnicos afectos às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) em regime de *outsourcing*, com a duração de 84 horas, repartidas por 12 dias e com 8 acções de formação que decorreram em Lisboa (3 acções), Setúbal, Aveiro, Porto, Marinha Grande e Braga.

Envolveu uma equipa de 37 formadores, entre técnicos da Segurança Social, elementos da equipa técnica de apoio à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, membros da CPCJ, peritos, professores do ensino superior e entidades de referência em problemáticas/temas específicos, como o Instituto da Droga e Toxicoddependência, a Associação para o Planeamento da Família e o Centro Regional de Alcoologia da Região Centro, os quais, através de um trabalho de efectiva parceria realizado com grande esforço e empenhamento, procuraram garantir a uniformidade e qualidade dos conteúdos programáticos.

O acolhimento dos 128 técnicos foi assinalado com um seminário realizado no dia 29 de Setembro, na Casa do Artista em Lisboa e que contou com a presença de Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação. O início de funções destes técnicos ocorreu no dia 2 de Outubro, conjugando períodos de formação em sala, com formação em exercício nas CPCJ a que ficaram afectos, o que contribuiu para o reforço da componente prática que sempre se pretendeu conferir a este curso.

Ana Paula Alves
Área de Infância e Juventude
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.p.alves@seg-social.pt

Assessoria Técnica Aos Tribunais – Intervenção dos Técnicos em Processos Judiciais de Promoção e Protecção

De acordo com o previsto no Plano de Acção para 2006, e no âmbito da qualificação da intervenção das equipas/

técnicos responsáveis pela assessoria técnica aos Tribunais dos 18 Centros Distritais de Segurança Social, realizaram-se no passado mês de Outubro três acções de formação – Lisboa, Évora e Matosinhos –, com um total de 63 horas, as quais abrangeram 62 técnicos da Segurança Social que desempenham funções nesta área específica.

Pretendeu-se identificar o quadro legal e teórico integrativo da promoção e protecção dos direitos das crianças e jovens em perigo, definir as estratégias específicas de articulação com os tribunais, e reconhecer metodologias específicas de intervenção no apoio à decisão judicial e na execução e acompanhamento de medidas de promoção e protecção.

Teresa Rogado

Área de Infância e Juventude
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.teresa.rogado@seg-social.pt

Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública

Decorreu em Setembro, no Instituto Nacional de Administração (INA), mais uma edição do curso de formação subordinado ao tema Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública, na qual estiveram presentes os elementos do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) do ISS, I.P.

Também o Instituto Português de Auditores Internos (IPAI) organizou e ministrou em Outubro um curso de Auditoria baseada no Risco, dirigido ao GAI.

Este tipo de formações específicas, vocacionadas directamente para a actividade exercida por este serviço de auditoria, bem como o trabalho desenvolvido, proporcionam aos auditores a oportunidade de contribuírem para o reforço do sistema de controlo interno, para a uniformização de procedimentos jurídico-administrativos, e para a melhoria global da economia, eficiência e eficácia.



Da esquerda para a direita: Dária Segura, Ana Trigo Relvas, Aida Araújo, Ana Sofia Novais, Sónia Araújo, Paulo Gonçalves, Maria Manuela Carvalho, Vítor Pires, Marina Coelho, Guilherme Borda, Célia Pereira, Pedro Machado e Nuno Morais.

Sónia Araújo

Gabinete de Auditoria Interna
Instituto da Segurança Social, I.P.
sonia.m.araujo@seg-social.pt

Correio do leitor

Quando conheci a Revista Pretextos tinha eu os meus vinte anos e frequentava a Licenciatura em Educação Social. Conheci-a no local de realização do meu estágio académico e desde então tive sempre curiosidade em folheá-la, em lê-la, solicitando posteriormente ao Instituto da Segurança Social, I.P. o seu envio para a minha residência.

Considero a Revista Pretextos como um instrumento de trabalho, de aperfeiçoamento, de actualização e de avaliação, que contribui de certa forma com o seu saber e boa vontade para que eu seja uma profissional de alma e coração acompanhada sempre de muita força. Apesar de a ver como uma publicação pequena (em volume, claro!), considero que possui todo um espólio de experiências e vivências que partilha com a sociedade.

De certa forma, vejo a Revista Pretextos como mais uma pedra lançada para alcançarmos a grande obra pela qual todos lutamos - um mundo melhor!

Ana Cristina Rodrigues da Silva
Técnica Superior de Educação Social

Na minha opinião pessoal, gosto mais desta nova imagem da revista, mais leve, com artigos menos formais e mais acessíveis. Parabéns!!

Carla Fonseca
Alcobaça

FELICITO toda a EQUIPA da revista Pretextos, pela qualidade da informação e também pela oportunidade que dá aos colaboradores do I.S.S., pois são "lufadas de ar fresco", na diversidade dos temas abordados, que sugerem reflexão e debates, tendo em vista a qualidade do serviço a prestar"

Casimira Vaz
Técnica de Serviço Social
Cascais

Envie os seus testemunhos para a Redacção da Revista:
Rua Castilho, nº 5- R/C
1250-066 Lisboa
Fax.: 21 318 49 55
E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites

Micro-crédito

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



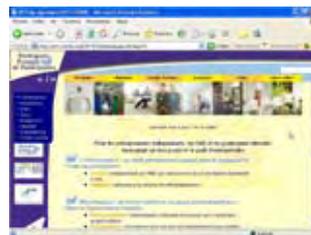
International Labour Organization - Social Finance Programme (Sede: Suíça)
<http://www.ilo.org/public/english/employment/finance/>



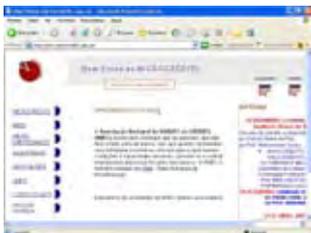
CREDAL - Cooperative de Crédit Alternative: L'Argen Solidaire (Bélgica)
<http://www.credal.be/>



Grameen Bank - Banking for the poor (Sede: Bangladesh)
<http://www.grameen-info.org/>



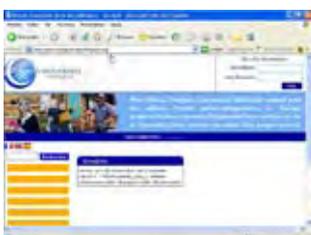
Fonds de Participation
<http://www.fonds.org/FDP-SITE/setlanguage.do?lang=fr>



ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito (Portugal)
<http://www.microcredito.com.pt>



CGAP - Consultative Group to Assist the Poor (Sede: Estados Unidos)
<http://www.cgap.org/portal/site/cgap/>



European Microfinance Network (Sede: França)
<http://www.european-microfinance.org/>



FIELD - Microentreprise Fund for Innovation, Effectiveness, Learning and Dissemination (Sede: Estados Unidos)
<http://fieldus.org/index.html>



PlanetFinance - The Microfinance Platform (Sede: França)
<http://planetfinance.org/>



Microfinance Centre for Central & Eastern Europe and the New Independent States (Sede: Polónia)
<http://www.mfc.org.pl/>

Bibliografia Temática

Conciliação Trabalho Vida Familiar

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ABOIM, Sofia - *Conjugalidades em mudança : percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006. 391 p. ; 23 cm. ISBN 972-671-170-3.

BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnès – *Travail, famille : le nouveau contrat*. 1ère ed. Paris : Gallimard, 2003. 224 p.. (Le Monde actuel. Folio actuel ; 103). ISBN 207042748X.

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES – *Conciliação entre vida profissional, familiar e privada*. Lisboa : Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, 2003. 12 p. ; 30 cm. (Cadernos APFN; 13).

CONFERENCE POLICY RELEVANCE OF FAMILY AND WELFARE RESEARCH, Brussels, 2003 - *Policy Relevance of Family and Welfare Research : from papers presented at dialogue workshops held in Brussels on 31 January and 20 February 2003*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Communities, 2003. VI, 101, [2] f. ; 30 cm. (Conference proceedings). ISBN 92-894-5767-8. Disponível na WWW:
http://europa.eu.int/comm/employment_social/eoss/downloads/family_welfare2003_proceedings.pdf

CORREIA, Sónia V. ; SÃO JOSÉ, José ; WALL, Karin – *Trabalhar e cuidar de um idoso dependente : problemas e soluções*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002. 41 p. ; 31 cm.

DALY, Mary – *Families and family life in Ireland : challenges for the future : report of public consultation Fora*. Dublin : Department of Social and Family Affairs, 2004. 76, [1] f. ; 30 cm. Disponível na WWW: http://iyf2004.welfare.ie/Family_Life_FINAL.pdf

ESPANHA. Instituto de la Mujer - *Guia de boas práticas para a conciliação da vida familiar e profissional*. Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento. CIDES, 2001. 215, [1] p. : il. ; 21 cm. ISBN 972-704-208-2.

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO - *A new organisation of time over working life*. Dublin : EFILWC, 2003. VIII, 159, [1] p. ; 30 cm. ISBN 92-897-0222-2. Disponível na WWW: <http://www.eurofound.eu.int/publications/files/EF0336EN.pdf>

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO - *Combining family and full-time work*. Dublin : EFILWC, 2005. 48 p. ; 30 cm. Disponível na WWW:
<http://www.eurofound.eu.int/ewco/reports/TN0510TR02/TN0510TR02.pdf>

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO – *Flexibility and working conditions : a quantitative and comparative study in seven EU member states*. Dublin : EFILWC, 2000. 150 p. ; 30 cm. ISBN 92-828-9767-2. Disponível na WWW: <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/07/en/1/ef0007en.pdf>

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO – *Gender, employment and working time preferences in Europe*. Dublin : EFILWC, 2001. VII, 117 p. ; 30 cm. ISBN 92-897-0112-9. Disponível na WWW: <http://www.eurofound.eu.int/pubdocs/2001/45/en/1/ef0145en.pdf>

FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO - *Reconciliation of work and family life and collective bargaining in the European Union : na analysis of EIRO articles*. Dublin : EFILWC, 2006. 67 p. ; 30 cm. Disponível na WWW:
http://www.eiro.eurofound.eu.int/other_reports/work_family_life.pdf

GUERREIRO, Maria das Dores - *Boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar : manual para as empresas*. Lisboa :

Bibliografia Temática

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento. CIDES, 2001. 25 p. ; 23 cm. ISBN 972-704-200-7.

GUERREIRO, Maria das Dores ; ABRANTES, Pedro - *Transições incertas : os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa : Direcção-Geral de Estudos Estatística e Planeamento. CID, 2004. 183 p. ; 23 cm. (Estudos ; 2). ISBN 972-704-247-3.

OCDE - *Babies and bosses : políticas de conciliação da actividade profissional e da vida familiar*. Lisboa : Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, [200?]- . vol. ; 23 cm. 3.º vol.: Nova Zelândia, Portugal e Suíça. – 2004. 230 p.. ISBN 972-704-254-6.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - *Manual de formação de formadores/as em igualdade entre mulheres e homens*. Lisboa : Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego : DEEP, 2003. 443 p. ; 30 cm + 2 cassetes vídeo (VHS). (Formação ; 1). ISBN 972-704-236-8.

PROJECTO CONCILIAR É PRECISO - *Conciliar é Preciso : recomendação de Oeiras para a promoção da conciliação entre a vida familiar e pessoal e a actividade profissional*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, [2004?]. [10] p.; 21 cm.

RUBERY, Jill - *Adaptability : households, gender and working time*. Manchester : European Work and Employment Research Centre : Manchester School of Management : UMIST, 2001. [103] p. ; 30 cm. Disponível na WWW : <http://www.jrf.org.uk/bookshop/eBooks/1859350755.pdf>

SÃO JOSÉ, José; WALL, Karin - *Immigrant families, work and social care : a quantitative comparison of care arrangements in Finland, Italy, the UK, France and Portugal* . Lisboa : Instituto de Ciências

Sociais da Universidade de Lisboa, 2003. 214 p. : il. ; 30 cm. (SOCCARE project. Workpackage ; 4).

SÃO JOSÉ, José ; WALL, Karin - *Immigrant families : managing work and care for young children*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004. 38 f. ; 30 cm. (Working papers ; 2-04).

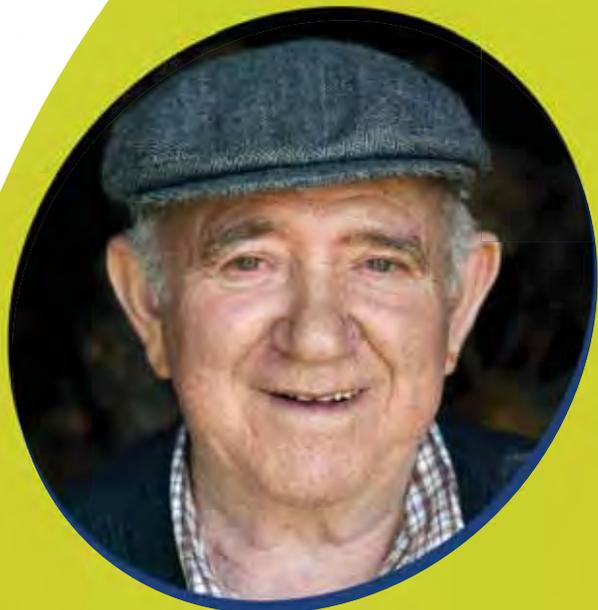
TNS Infratest Sozialforschung – *Working time and work-life balance in European companies : establishment survey on working time 2004-2005*. Dubin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2006. 70 p. ISBN 92-897-0929-4. Disponível em WWW: <http://www.eurofound.eu.int/pubdocs/2006/27/en/1/ef0627en.pdf>

TORRES, Anália Cardoso... [et al.] - *Homens e mulheres entre família e trabalho*. 2ª ed. Lisboa : Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2005. 239, [17] p. : il. ; 23 cm. (Estudos ; 1). ISBN 972-704-237-6.

TORRES, Anália Cardoso - *Vida Conjugal e Trabalho : uma perspectiva sociológica*. Oeiras : Celta, 2004. 177 p. ; 24 cm.. ISBN 972-774-206-8.

WALL, Karin - *Developments in family policy in Portugal in 2003*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004. 19 f. ; 30 cm. (Working papers ; 3). Disponível na WWW: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2004/WP3-2004.pdf>

WESTON, Ruth - *Long work hours and the wellbeing of fathers and their families*. Melbourne : Australian Institute of Family Studies, 2004. X, 25 f. ; 30 cm. (Research paper ; 35). ISBN 0-642-39511-X. Disponível na WWW: <http://www.aifs.gov.au/institute/pubs/respaper/rp35/rp35.pdf>



COMPLEMENTO
SOLIDÁRIO
PARA IDOSOS

**SÓ PARA QUEM
MAIS PRECISA.**

*Complemento
Solidário
para Idosos.*

**SÓ PARA QUEM
MAIS PRECISA.**

**Em 2007 podem candidatar-se ao
Complemento Solidário para Idosos
as pessoas com idade igual ou
superior a 70 anos.**

A entrega do requerimento do CSI é efectuada num dos serviços de atendimento da Segurança Social e nas Lojas do Cidadão. Os formulários podem ser obtidos nestes locais ou em: www.seg-social.pt

Para mais informações:

- consulte folheto informativo
- dirija-se aos serviços de atendimento da Segurança Social
- visite www.seg-social.pt



SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.